

## **Pauta de reivindicações do Sinasefe**

Confira a seguir os pontos principais de nosso pleito

### **Eixos gerais**

1. Política salarial para os servidores federais  
Reposição emergencial de 22,08% (inflação – IPCA + variação PIB).  
Data base para 1º de maio.  
Reajuste geral anual da inflação do período.  
Isonomia entre os três poderes na política de benefícios.
2. Mudanças na MP 568  
Retirada das seções e artigos que reduzam o salário dos médicos e demais servidores atingidos.  
Retirada das seções e artigos que modificam a concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade.  
Reajuste dos 4% e a incorporação da gratificação nos vencimentos básicos também para os docentes das IFE Militares e dos ex-territórios (todos os docentes da educação na EBTT).
3. Destinação já de 10% do PIB para a educação pública.

### **Eixos específicos**

4. Reestruturação das carreiras.  
Carreira docente: cargo único; piso de R\$ 2.400,00 para 20 horas; 13 padrões, sem diferença de classes; percentuais de titulação já incluídos na tabela salarial (vencimento básico); step constante e linear de 5%, etc.  
PCCTAE: piso de R\$ 2.400,00 (mínimo do Dieese); step constante e linear de 5%; racionalização dos cargos já; reestruturação da malha salarial retomando a estrutura inicial do PCCTAE, etc.
5. 30 horas para todos técnicos administrativos em educação (TAEs) da rede federal de ensino.
6. Progressão por capacitação por salto para os TAEs.
7. Democratização das Instituições Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.  
Todos os servidores (docentes e TAEs) poderem concorrer e ocupar os cargos de reitor, pró-reitor e diretor geral dos institutos federais e equivalentes.  
Representação sindical dos trabalhadores (as) no Consup pelo Sinasefe.
8. Cumprimento da legislação sobre as seguintes questões funcionais:  
Admissão automática dos títulos do Mercosul.  
Auxílio transporte.  
Progressão por capacitação por salto para os TAEs.  
Progressão docente por titulação.
9. Pela manutenção e ampliação de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos em educação da nossa rede com o estabelecimento de um cronograma de ocupação das vagas previstas no Projeto 2.134/2011.
10. Implantação de um GT, com a participação do MEC, Sinasefe e Conif, para discutir a política de expansão da rede federal de educação básica, profissional e tecnológica.